

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA

ANA CAROLINA VIEIRA SILVA

**FUTEBOL E MULHERES:
AS ÁRBITRAS DA FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL EM 2018**

Porto Alegre

2019

Ana Carolina Vieira Silva

**FUTEBOL E MULHERES:
As árbitras da Federação Gaúcha de Futebol em 2018**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Educação Física pela Universidade Federal do Rio grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Vilodre Goellner
Co-Orientadora: Doutoranda Pamela Siqueira Joras

Porto Alegre
2019

Ana Carolina Vieira Silva

**FUTEBOL E MULHERES:
As árbitras da Federação Gaúcha de Futebol em 2018**

Conceito Final:

Aprovada em:de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Raquel da Silveira

Este trabalho é dedicado ao Theo. Filho,
que tu colabores para um mundo melhor e
mais igualitário.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a todos os Orixás e ancestrais que estiveram e estão sempre comigo. Salve o povo de Aruanda, Laroyê.

Aqui nesse plano também tenho muitos anjos na minha vida, o maior deles, o que me inunda com só um abraço, obrigada filho. Sou muito grata por tu ter me escolhido, agora vou parar de escrever, acabou.

Obrigada minha família, que não mede esforços para ajudar quem quer que seja. Obrigada às mulheres da minha família, mesmo sem saber, vocês são minhas inspirações.

Obrigada meu grupo, uma mulherada que também me inspira muito. Suellen, Greyce, Mayara, Johanna, Jamile e Pamela. Pam, muito obrigada por me apresentar esse mundo, muito obrigada por ler um milhão de vezes meu trabalho, muito obrigada por tudo. Trabalhar ao lado de vocês é uma honra. Só nós sabemos o que construímos, ninguém vai apagar. Obrigada por todas as instruções, obrigada pela peça em Belo Horizonte, obrigada por todos os momentos.

Tem mais uma mulher nesse grupo, Leiloca, merece um parágrafo só teu. Obrigada pelas conversas, cafés, cigarros e ainda por todos os “Amiguinha, tu tem que almoçar, não pode ficar sem comer.” Obrigada Leilinha!

Professora Silvana, te admiro demais, é uma honra enorme ser tua última orientação na graduação. Se eu tiver feito pelo menos um grãozinho a altura do que construíste, já estou contente, obrigada por tudo.

Agradeço imensamente as seis árbitras: Ariela, Luiza, Maíra, Andreza, Taís e Estefani. Foi muito recompensador escuta-las e estuda-las. Obrigada pela disponibilidade sempre que eu requisitei. Desejo o maior sucesso do mundo a todas.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas que compreenderam esta fase de reclusa e me apoiaram. Muito obrigada.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a arbitragem de mulheres no quadro da Federação Gaúcha de Futebol no ano de 2018, através da trajetória das árbitras. A pesquisa ancora-se no método da História Oral que, através de entrevistas com as colaboradoras da pesquisa, relata fatos e lembranças da constituição do ser mulher em um ambiente hegemonicamente masculino. Foram abordados temas como suas infâncias e a ligação inicial com o esporte, o início na arbitragem, seus apoios e motivações, desafios e relação com a torcida e a representação da bandeira em suas vidas. A presente pesquisa integra o Programa Futebol e Mulheres do Centro de Memória do Esporte ESEFID/UFRGS, que visibiliza o protagonismo das mulheres no mundo do futebol.

Palavras-chave: arbitragem; futebol; mulheres

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze women from the arbitration panel of the Gaucho Football Federation in the year 2018, through their life trajectory. The research is anchored in the Oral History method which, through interviews with the research subjects, reports facts and reminders of the constitution of being a woman in a clearly masculine environment. Topics such as their childhoods, the beginning of refereeing, their support and motivations, challenges and relationship with the fans and the representation of the flag in their lives were discussed. This research integrates the Soccer and Women Program of the ESEFID / UFRGS Center for the Memory of Sport, which enables women to play a leading role in the world of football.

Key-words: arbitration; football; women

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pamela Joras com a bola do jogo em 26 de novembro de 2017.....	14
Figura 2 – Léa Campos no Grenal em Atlântida em 1982.....	16
Figura 3 - Ariela Duarte atuando como bandeirinha.....	21
Figura 4 – Andreza Mocellin na pré-temporada do Campeonato Gaúcho 2018.....	22
Figura 5 – Luiza Reis no Curso Regional de Árbitras e Assistentes.....	22
Figura 6 – Maíra Moreira atuando como árbitra assistente.....	23
Figura 7 – Taís Ruver logo após uma partida.....	23
Figura 8 – Estefani Estrela durante teste físico da FGF.....	24
Figura 9 – As seis árbitras do estudo após o teste físico da FGF.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nome e categoria ocupada na FGF.....	19
Quadro 2 - Ano do curso da FGF e quantas mulheres fizeram.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. HISTÓRIA DAS MULHERES NA ARBITRAGEM DO BRASIL.....	15
3. METODOLOGIA.....	19
4. DISCUSSÃO.....	24
4.1 Infância e restrições de gênero.....	25
4.2 O início na arbitragem.....	28
4.3 Apoios e motivação.....	31
4.4 Os desafios dentro de campo.....	35
4.5 Os desafios além dos 90 minutos.....	39
4.6 A bandeira e o empoderamento.....	42
5. CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXO 1 – CARTA DE CESSÃO.....	50
ANEXO 2 – ROTEIRO ENTREVISTAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

Imagine-se assistindo a uma partida de futebol. Você está na arquibancada de um grande estádio, muitos torcedores ao seu lado, o jogo está bem acirrado, foi marcado um pênalti e toda a comissão técnica do time adversário invade o campo para reclamar. Agora, sem pensar muito, responda minhas perguntas: Na torcida ao seu lado, quem estava agitado e xingando, era homem ou mulher? A comissão técnica, gesticulando ao lado do gramado, era composta por homens ou mulheres? O time, eram de jogadores homens ou jogadoras mulheres? O som do apito, junto com o gesto para a marca do pênalti, veio de um homem ou de uma mulher? A mão que segurava a bandeira que subiu para auxiliar na marcação do pênalti, era de um homem ou de mulher? Talvez a maioria dos brasileiros iriam responder que imaginaram homens.

Fazendo uma análise histórica, esse pré-conceito pode estar ligado ao Decreto-lei nº 3199 do ano de 1941 e só foi revogada em 1979. O Brasil vivia um governo autoritário, o Estado Novo de Getúlio Vargas, e a proibição se baseava em argumentos científicos, através da ótica higienista, e dizia que,

“Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941)

O fato contribui para construção de um saber popular que “futebol é coisa de homem”, assim como aponta Bandeira e Seffner (2013, p. 247) “O estádio de futebol é um contexto cultural específico que institucionaliza práticas, ensina, produz e representa masculinidades”

Entretanto, algumas mulheres estão conquistando cada dia mais espaços, sejam elas como jogadoras, gestoras, torcedoras ou árbitras. A seguir trago fato que corroboram essa afirmação.

A decisão da Globo de passar Copa do Mundo de Futebol Feminino, será a primeira exibição da Copa na televisão aberta do país (FERREIRA, 2019). A BAND¹ também apostou na modalidade e em 19 de maio de 2019 transmitiu uma partida do Campeonato Brasileiro das mulheres, Santos e Internacional, pela série A1 do

¹ Rede Bandeirantes de Televisão

campeonato. A emissora registrou um pico de audiência de 3.8 – cerca de um milhão de lares no Brasil assistindo ao jogo, enquanto a atração que costuma ser *exibida* no mesmo horário costumava registrar 1 ponto - 254.892 televisões ligadas na emissora, a BAND praticamente triplicou sua audiência no domingo à tarde com o futebol de mulheres. (MENDONÇA, 2019)

Os órgãos de organização e gestão do futebol, tanto em níveis regionais como mundiais, também estão tomando medidas de promoção do futebol de mulheres.

A FIFA² lançou em outubro de 2018 o “*Women’s Football Strategy*”, a Estratégia Global para o Futebol Feminino. No documento podemos ver cinco pontos estratégicos – desenvolver e crescer; melhorar as competições; melhora na comunicação e comercialização; equilibrar os papéis de liderança; e educação e empoderamento. A FIFA apresenta uma visão de que as mulheres já ocupam os campos todos os dias e que é dever deles promover o futebol para elas também.

“FIFA must not only promote football in those areas where it is not currently played by women, it also needs to further develop the game in those areas where women already take to the pitch every single day.” (FIFA, 2018, p. 6)

Além da entidade máxima de organização do futebol no mundo, outras confederações e federações também tomaram medidas de promoção do futebol de mulheres. A CONMEBOL³, por exemplo, exige que para os clubes participarem das competições organizadas pela entidade eles devem ter uma equipe principal feminina ou associar-se a um clube que a tenha. (CONMEBOL, 2018, p. 40). Na mesma linha, em 2017, a CBF⁴, no seu Licenciamento de Clubes, também apresenta uma cláusula em prol do desenvolvimento do futebol feminino, exigindo a presença de uma equipe principal de mulheres e que essa esteja competindo em campeonatos promovidos pela CBF, ou Federações dos estados (CBF, 2017, p. 22).

A Federação Gaúcha de Futebol, indo pelo mesmo caminho, reservou dez, das quinze vagas destinadas à região de Porto Alegre para o curso de Formação de Árbitros de Futebol de Campo de 2019 para mulheres⁵. O total de vagas para capital e interior são 62, isso quer dizer que 16% das vagas são destinadas às mulheres,

² Federação Internacional de Futebol

³ Confederação Sul-Americana de Futebol

⁴ Confederação Brasileira de Futebol

⁵ Ver mais em: https://www.fgf.com.br/public/uploads/noticias/5c8acb3a29d383_-_EDITAL_-_07.03.2018.pdf

ainda não é um número comparável ao quadro de homens, porém é a primeira vez na história que essa medida foi tomada. O quadro no ano de 2018 foi composto por somente seis mulheres, todas elas como árbitras assistentes, representando cerca de 3% no total dos árbitros do estado.

Pensando nisso, através dos dados da FGF, o objetivo desse trabalho é analisar o quadro da arbitragem feminina no futebol do Rio Grande do Sul, através da trajetória de vida das mesmas. Os objetivos específicos da pesquisa são: conhecer suas infâncias e as representações de gênero; compreender como se deu a inserção dessas mulheres no universo da arbitragem; conhecer seus desafios, motivações, dificuldades e apoios; analisar como elas se veem no universo do futebol; e identificar o que a bandeira representa em suas vidas.

Encontro justificativa para a produção desse trabalho a partir do ano de 2017, quando comecei a fazer parte do Centro de Memória do Esporte (CEME/ESEFID/UFRGS) desenvolvendo um trabalho de organização de eventos que ocorriam no Museu da UFRGS⁶.

No final do projeto fui convidada a integrar a equipe do CEME de forma efetiva, colaborando com os trabalhos já em desenvolvimento. Uma das vertentes do grupo era o Programa Futebol e Mulheres, contava com exposições já realizadas e trabalhos de pesquisas publicados sobre arbitragem (FARIAS, 2014), trajetória de jogadoras (JORAS, 2015) e gestoras (RAMOS, 2016) e ainda sobre torcida e homossexualidade (ANJOS, 2018). Atualmente o Centro de Memória segue sendo referência em pesquisa sobre mulheres nas práticas esportivas. Essa pesquisa adentra no território da arbitragem de mulheres de forma a contribuir com as pesquisas sobre mulheres e futebol.

Voltando para o ano de 2017, o meu contato com o futebol de mulheres começou aí, o CEME já era referência em pesquisas de gênero e sexualidade no esporte. Além disso, a maioria das integrantes eram envolvidas com futebol na prática e a minha atual co-orientadora, Pamela Joras, era árbitra. Ela fazia parte do

⁶ O projeto chamava-se Ciclo de Debates Imagens em Movimento, eram encontros culturais, que aconteceram nas últimas quintas-feiras de cada mês, de 29 de junho à 14 de dezembro de 2017. Acontecia sempre a exibição de um filme e logo após um debate com convidados. Os temas eram variados, mas sempre lidando com práticas corporais com uma abordagem sócio-política.

SAFERGS⁷, órgão responsável pela arbitragem do Campeonato Gaúcho de Futebol Feminino de 2017, por consequência, uma das árbitras atuantes no Gauchão.

Me identifiquei prontamente com o lado pessoal da luta por espaço no futebol por parte das mulheres. O ponto derradeiro para a escolha do meu tema de pesquisa foi no dia 26 de novembro de 2017⁸, o jogo da semifinal do Campeonato Gaúcho, a primeira vez que uma mulher era árbitra central no Estádio Beira-Rio. O Internacional sempre foi meu time de coração, ia aos jogos sempre que possível, mas dessa vez quem estava saindo dos vestiários com a bola da partida era uma mulher.



Figura 1: Pamela Joras com a bola do jogo em 26 de novembro de 2017

Fonte: *Facebook*⁹

Eu acompanhei toda a trajetória, desafios, dificuldades e alegrias que ela e as outras árbitras do campeonato passaram durante o ano. Conheci outras árbitras centrais filiadas ao SAFERGS, como a Marlova Boeck e a Mariana Caetano, suas histórias me tocaram e me deram muita curiosidade para saber um pouco mais das que já estavam integrando o quadro da Federação, a partir daí começou a desenvolver-se a presente pesquisa. Criei então o questionamento: Como é a

⁷ Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado do Rio Grande do Sul

⁸ A partir do ano de 2018 a FGF assumiu toda a organização do campeonato.

⁹ Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2417536058271576&set=pb.100000456177065.-2207520000.1561041217.&type=3&theater>

trajetória de vida das mulheres que integram o quadro de arbitragem da Federação Gaúcha de Futebol?

2. HISTÓRIA DAS MULHERES NA ARBITRAGEM DO BRASIL

Não podemos falar sobre esses dois assuntos, mulheres e arbitragem, sem falar o nome Asaléa de Campos Fornero Medina. Em entrevista para o Centro de Memória do Esporte, Léa, como comumente é chamada, relembra como o Decreto-Lei de 1941, que proibia mulheres de algumas práticas esportivas, afetou sua infância e adolescência.

“Aí a coisa ficou grossa porque aí eu ia jogar e a polícia ia atrás e me prendia. Eu mandava os meninos correr... “Corre! Vai embora, vai embora!”. E eu ficava. A polícia vinha me prendia... Era Polícia Federal, não era policinha qualquer não porque eu sou importante... Então a Federal me levava lá para o DOPS, e eu chegava lá e falava: “Olha, eu não estava fazendo nada de mal. Eu estava apenas jogando futebol, qual é o problema? Não estava matando, não estava roubando, não estava assaltando, não estava usando drogas, não estava fazendo nada! Estava jogando futebol!” “É, mas você sabe que é proibido!”. (CAMPOS, 2015, p. 3)

Na mesma entrevista, em 2015, Léa relembra que, por estar cansada da perseguição por conta do seu gosto pela prática, em 1967, encontrou uma brecha na lei que proibia a prática, mas não falava nada sobre arbitrar o futebol, e decide fazer um curso de arbitragem. Sobre a continuidade da prática por parte das mulheres da época, mesmo que proibida, Mourão e Morel (2005) falam que “é pertinente dizer que na vida das mulheres esses lhes escapam. As práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções normativas, morais e sociais, aderiram à sua prática” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 77).

Durante o curso, Léa conta, que encontrou muito apoio nos próprios colegas, mas resistência da presidência da CBD¹⁰, que na figura de João Havelange, recusou-se a entregar o diploma. Ele só foi convencido quatro anos depois, quando a própria

¹⁰ Confederação Brasileira de Desporto, em 1979 a CBD passa a se chamar CBF.

Léa conseguiu uma carta redigida à punho, do Presidente do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, exigindo o título ao qual a mesma fez jus.

Ainda na sua entrevista para o CEME, Léa rememora sua carreira na arbitragem, aponta sua passagem por países como Portugal, Espanha, Itália e França, além de sua atuação no Brasil inicialmente nos estados do norte e nordeste. Mais um pioneirismo é relatado por Léa, quando fala sobre a arbitragem de um jogo de futebol na praia no Rio Grande do Sul, um GreNal¹¹. “Em 1971 representou o Brasil em um Campeonato Mundial de Futebol Feminino realizado no México, competição que possibilitou o reconhecimento de seu diploma pela FIFA”. (GOELLNER, 2015) Sua carreira como árbitra durou pouco graças a um trágico acidente de ônibus, em 1974, somente após 101 cirurgias Léa voltou a caminhar. Porém na entrevista de 2015 também é relembando seu pioneirismo como comentarista de futebol e lutas, além da sua participação como censora política no período da Ditadura Militar.



Figura 2: Léa Campos no GreNal em Atlântida, em 1982.

Fonte: Repositório Digital LUME¹²

Léa Campos, popularmente, ganha o título de pioneira. Mas não podemos provar a inexistência de outras mulheres que gostariam de ter seguido esse caminho, ou até mesmo que conseguiram seguir, mas que não ganharam protagonismo e visibilidade por não estarem em uma posição de privilégio na época. Sendo assim, a seguir destaco outros nomes de mulheres que, em um passado um pouco menos distante, colaboraram para a visibilidade das mulheres na arbitragem que, levando em

¹¹ Clássico gaúcho entre os times Sport Club Internacional e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense

¹² Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/122583>

consideração o cenário do futebol brasileiro, também abriram portas na bandeira e no apito:

Silvia Regina de Oliveira, em 1980 formou-se árbitra. Foi a primeira árbitra central em uma partida oficial de futebol de homens. Em 2003, dia 30 de junho, fez parte do único trio de mulheres a apitar uma partida da série A do Campeonato Brasileiro de Futebol Masculino, entre Guarani e São Paulo (NUNES, 2019). Até hoje é a única mulher a apitar uma partida da Copa Sul-Americana masculina. Também foi a primeira mulher a ser Instrutora FIFA, atuando na formação de árbitros (MONTEIRO, 2016).

Tratando de árbitra assistente, quem gostaria de destacar é Ana Paula de Oliveira. Ao lado de Silvia Regina e Aline Lambert, em 2003, compôs o primeiro trio de mulheres na arbitragem de um jogo da série A do Campeonato Brasileiro masculino. Ela atuou nas finais Campeonato Paulista de 2003, 2004 e 2007 e na final da Copa do Brasil em 2006. Até hoje é a única mulher atuar em uma partida da Copa Libertadores da América masculina¹³ (MONTEIRO, 2016). Atualmente é Instrutora FIFA.

Outro marco para as mulheres na arbitragem aconteceu no dia 27 de maio de 2019, no Estádio Rei Pelé, em Maceió. Depois de 14 anos uma mulher voltou a ser árbitra central em uma partida da série A do Campeonato Brasileiro masculino. Ela é Edina Batista, uma paranaense de 37 anos, que começou sua carreira na arbitragem em 2001. Em 2007 entrou para o quadro da CBF e bandeirou jogos das séries A, B, C e D, também foi árbitra assistente FIFA. O sonho de ser árbitra central só aconteceu em 2018 e já em 2019 foi convocada para a Copa do Mundo Feminina, ao lado de Neuza Back e Tatiane Sacilotti.

No jogo da Série A deste ano, a precursora Silvia Regina também fazia parte da equipe de arbitragem, sendo Supervisora do árbitro de vídeo. Em um vídeo veiculado pela CBF mostrando os bastidores desse jogo, Silvia Regina deu a seguinte declaração:

“Depois de 14 anos que eu deixei de apitar série A1 do Campeonato Brasileiro, temos uma outra mulher nessa função. Eu me sinto extremamente feliz com isso, porque ser a única não era bom, ser a pioneira... Tudo bem, é bom, é gostoso. Mas eu quero que muitas mulheres tenham essa função,

¹³ Nas partidas de ida e de volta das oitavas de finais do campeonato de 2005, entre os times São Paulo e Palmeiras. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2005/05/18/ult59u93597.jhtm> e <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2005/05/25/ult59u93737.jhtm>

passem por essa felicidade, trabalhar em um lugar onde poucas trabalham. E a competência da Edina supera todas as barreiras.” (OLIVEIRA, 2019)

Sobre o cenário gaúcho, a primeira árbitra FIFA do Rio Grande do Sul foi Ivani de Gregori. Ela fez o curso em 1985 e foi credenciada FIFA 10 anos depois. Apesar disso, Ivani nunca apitou uma partida do Campeonato Gaúcho, em uma entrevista para o site ClicRBS a árbitra relembra o momento que teve contato com as árbitras de outros estados

“Além de mim, uma paranaense, uma carioca e uma pernambucana. A realidade delas era bem diferente. A colega do Pernambuco tinha até apitado o clássico dos profissionais, a carioca também. Mas aqui no Estado, não tínhamos esse mesmo espaço.” (GREGÓRI, 2019)

Ivani deixou a carreira de árbitra em 2000 para se dedicar à família. O responsável pelo primeiro quadro de mulheres na Federação Gaúcha de Futebol foi o ex-árbitro Luis Carlos Boaro, em 1991. Na mesma entrevista citada acima ele comenta sobre o machismo que elas sofreram e sofrem até hoje.

“Na época, os diretores da Federação não eram favoráveis de termos mulheres na arbitragem. Foi muito difícil, mas a gente conseguiu convencer aos poucos. Não é fácil ouvir o que elas ouvem, mesmo nos dias de hoje. Porém, antes não tinha nenhuma representatividade, agora elas estão chegando e, com isso, conquistando mais espaço” (BOARO, 2019)¹⁴

A FGF foi fundada no ano de 1918 e a entidade responsável por coordenar o futebol no estado do Rio Grande do Sul, organizando campeonatos profissionais e amadores. Sua sede está localizada na Avenida Ipiranga, no bairro Praia de Belas. Desde 2004. Durante 16 anos seu presidente foi Francisco Novelletto Neto, no dia 17 de maio de 2019 o novo presidente Luciano Hocsman foi eleito e assume a entidade em 2020.¹⁵

No ano de 2018, o quadro disponibilizado no site da FGF contava com o total de 234 árbitros e 8 mulheres, porém duas delas não estavam atuando, portanto o resultado final de mulheres que iriam compor minha pesquisa ficou em 6, o que representa 2,56% do quadro total de árbitros do Rio Grande do Sul. Todas elas atuando como assistente, nenhuma árbitra central.

¹⁴ Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2019/05/pouca-representatividade-e-a-luta-contra-o-machismo-a-realidade-das-arbitras-no-futebol-brasileiro-10941127.html>

¹⁵ Ver mais em: <https://www.fgf.com.br/>

Abaixo ilustro as categorias das árbitras através do quadro 1, com o nome das árbitras do estudo e sua categoria na FGF no ano de 2018

Categoria A	Andreza Vanni Mocelin
	Luiza Naujorks Reis
	Maíra Mostella Moreira
Categoria C	Ariela Duarte da Silveira
	Estefani Adriati Estrela da Rosa
	Taís Regina Ruver

3. METODOLOGIA

A História Oral, a partir da segunda metade do século XX, veio como uma ferramenta de produção historiográfica, contrapondo a História Oficial, ou positivista, que validava somente documentos escritos como produção de memória (GOELLNER, 2007). Desde a década de 1970, tem como força a valorização e o protagonismo das mulheres, trabalhadores e comunidades minoritárias (THOMPSON, 1997). Segundo Meihy (2006),

“O uso da história oral, portanto deveria ser aplicado onde os documentos convencionais não atuam, revelando segredos, detalhes, ângulos pouco ou nada prezados pelos documentos formalizados em códigos significados por um saber acadêmico que se definiu longe das políticas públicas.” (MEIHY, 2006, p. 197).

Essa metodologia foi escolhida justamente por contemplar o lado das sensações e percepções pessoais das árbitras. Vislumbrando-as como indivíduos pertencentes à um grupo, mas com experiências distintas, o que constitui falas com visões diferentes. “É o diálogo que passa a interessar e os conflitos internos de cada grupo em vez de cristalizar os argumentos propostos por cada causa, passam a expressar a luta de cada camada.” (MEIHY, 2006)

Utilizando-se então da ferramenta da história oral, a professora Silvana Goellner desenvolveu o projeto Garimpando Memórias,

“[...]cujo objetivo geral é a reconstrução e preservação da memória das práticas corporais e esportivas do Rio Grande do Sul. Sua principal ação está direcionada para coleta de depoimentos de pessoas que tiveram e tem relevância no campo da estruturação e legitimação dessas práticas, sejam elas individuais, de grupos/clubes sociais e de instituições.” (GOELLNER et. al, 2007, p. 40)

Além disso, um dos objetivos do projeto é organizar um acervo de História Oral, com entrevistas relacionadas às práticas corporais e esportivas e à Educação Física. Em maio de 2019 o acervo tinha 664 entrevistas disponíveis, porém o número chega a 904 se incluirmos as que estavam em processamento. Das entrevistas que já estão no repositório digital, 16 delas falam sobre futebol, 93 sobre futebol feminino e 12 sobre as mulheres na arbitragem¹⁶.

Ancorei-me então no projeto para realizar e processar as entrevistas com as árbitras do meu estudo. Segundo o Manual Básico do Projeto Garimpendo Memórias, para realizarmos e processarmos as entrevistas devemos adotar alguns procedimentos:

1. Identificação dos entrevistados: através da busca no *site* da FGF, identifiquei as 6 árbitras, as contatei e marquei as entrevistas.
2. Elaboração do roteiro da entrevista: pensando no objetivo da minha pesquisa, criei um roteiro para conduzir as entrevistas. (Anexo 2)
3. Realização da entrevista: conforme disponibilidades das árbitras, nos encontrávamos para o momento de conversa.
4. Processamento da entrevista: transcrição, copidesque, pesquisa e revisão final.
5. Devolução da entrevista para o entrevistado: em *email* foi enviado à cada uma com a transcrição finalizada, para caso de acrescentar ou excluir algum dado.
6. Assinatura da Carta de Cessão: documento que nos dá o direito de divulgar a entrevista. (Anexo 1)
7. Catalogação da entrevista: para organização do acervo, cada entrevista ganhou um número.

¹⁶ Ver mais em: <http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas>

8. Disponibilização da entrevista no Repositório Digital: no site do CEME, no acervo do Garimpando.

Comecei minha pesquisa pelo site da Federação Gaúcha de Futebol, no mesmo está disponível o nome de todos que compõem a equipe de arbitragem e suas funções. Encontrei oito mulheres, segundo relatos da Ariela Duarte, uma das árbitras pesquisadas, duas delas não estavam atuando. Entrei em contato com cada uma delas e marcamos os encontros. A seguir, listo como se deu todo o processamento das entrevistas com as árbitras, em ordem cronológica de realização das mesmas.

Ariela Duarte da Silveira, 29 anos, Porto Alegre.



Figura 3: Ariela atuando como bandeirinha

Fonte: Futebol feminino do Brasil¹⁷

A entrevista foi realizada no dia 18 de maio de 2018, no Centro de Memória do Esporte, nas ESEFID/UFRGS, durou 24 minutos e 31 segundos, a cargo das pesquisadoras Ana Carolina e Suellen Ramos. O contato com ela foi o mais fácil entre as seis árbitras, a Ariela é minha colega da graduação na Educação Física na UFRGS e acompanhou o meu interesse pelo tema e a pesquisa inicial, me ajudando desde o início do trabalho até a data da publicação.

Andreza Vanni Mocelin, 36 anos, Porto Alegre.

¹⁷ Disponível em: <http://www.femininodobrasil.com/2017/08/a-boa-arbitragem-de-pamela-joras.html>



Figura 4: Andreza na pré-temporada do Campeonato Gaúcho 2018
Fonte: Globo Esporte¹⁸

Nos encontramos dia 29 de agosto de 2018, no Parque Germânia em Porto Alegre. O tempo de duração da entrevista foi de 27 minutos e 58 segundos. A cargo das pesquisadoras Ana Carolina Vieira e Pamela Joras. O contato com a Andreza foi pelo *Facebook*, prontamente marcamos o encontro.

Luiza Naujorks Reis, 31 anos, Santa Cruz do Sul



Figura 5: Luiza no Curso Regional para Árbitros e Assistentes
Fonte: *Instagram*¹⁹

Nos concedeu a entrevista dia 13 de setembro de 2018, no Centro de Memória do Esporte, teve o total de 35 minutos e 42 segundos. O contato também foi feito através do *Facebook*, foi na própria ESEFID porque ela é aluna do pós-graduação na escola.

¹⁸ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/rs/futebol/campeonato-gaucha/noticia/trio-de-arbitras-se-une-em-familia-e-soterra-preconceito-para-atuar-no-gaucha.ghtml>

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bw-xhm0hUfM/>

Maíra Mostella Moreira, 26 anos, Cruz Alta



Figura 6: Maíra atuando como bandeirinha
Fonte: Futebol Feminino do Brasil²⁰

Em 3 de abril de 2019 nos encontramos na sede da Federação Gaúcha de Futebol. Sua entrevista tem o total de 28 minutos e 12 segundos, a cargo das pesquisadoras Ana Carolina Vieira e Pamela Joras. O contato inicial foi pelo *Facebook* e a pedido dela trocamos telefone para facilitar a comunicação. Não conseguimos nos encontrar antes porque a árbitra mora em Santa Maria.

Taís Regina Ruver, 24 anos, Venâncio Aires



Figura 7: Taís logo após atuar em uma partida
Fonte: Elaborada pela autora

No dia 10 de abril de 2019 fizemos a entrevista logo após um jogo em que ela trabalhou em um dos campos de futebol da faculdade ULBRA-Canoas. O áudio tem

²⁰ Disponível em: <http://www.femininodobrasil.com/2017/02/maira-moreira-na-elite-da-arbitragem.html>

12 minutos e 47 segundos e foi a primeira entrevista que eu fiz sozinha. O contato foi feito pelo *Facebook* e logo após por aplicativo de mensagens no celular.

Estefani Adriati Estrela da Rosa, 28 anos, Canoas

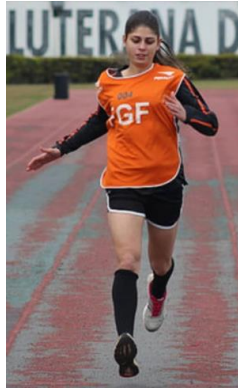


Figura 8: Estefani no teste da FGF em julho de 2018

Fonte: *Instagram*²¹

A entrevista com a Estefani aconteceu no dia 10 de junho de 2019, através de chamada de vídeo pelo celular. O áudio tem 11 minutos e 51 segundos. O contato se deu através de mensagens por celular e foi bem complicado de marcar um encontro. Como não gostaria de deixar ninguém de fora, a alternativa foi fazer por chamada de vídeo.

4. DISCUSSÃO

A partir desse momento irei apresentar e discutir os dados coletados durante a pesquisa e as entrevistas. No subcapítulo 4.1 A infância e as restrições de gênero apresento os primeiros contatos com o esporte na vida das árbitras; no subcapítulo 4.2 O início na arbitragem trata sobre o curso e os motivos para a inserção na carreira; o subcapítulo 4.3 Apoios e motivações é dedicado a discorrer sobre os motivos para persistirem e os apoios encontrados pelo caminho; no subcapítulo 4.4 Os desafios dentro de campo é falado sobre os estresses ao longo do momento da partida e a relação com a torcida; no subcapítulo 4.5 Desafios além dos 90 minutos objetivo contemplar os outros percalços encontrados nas trajetórias das árbitras; no último subcapítulo 4.6 Bandeira e empoderamento utilizo o simbolismo da bandeira para

²¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BILBwkmBBg-/>

retratar o que a arbitragem representa em suas vidas. Ao longo da discussão busco fazer ligações com trabalhos já publicados sobre gênero, educação, esporte, futebol e arbitragem

4.1 A INFÂNCIA E AS RESTRIÇÕES DE GÊNERO

Graças a pesquisas históricas conseguimos vislumbrar que há muito tempo a educação popular e escolar constrói o ser menina e ser o menino de formas diferentes, que necessitam de regras e convenções distintas. Jane Felipe (2000, p. 120) faz um resgate histórico sobre o papel da menina na nossa sociedade

“As representações de homem e mulher deveriam deixar marcas no corpo: no jeito de caminhar, na forma de olhar (ou não olhar), na contenção do próprio corpo. Ser modesta, discreta, eram atributos extremamente valorizados, talvez uma das maiores virtudes nas mulheres e meninas. Desta forma, a educação das mulheres foi arquitetada de forma diferenciada, em função de sua capacidade procriativa, e também pelo fato de serem consideradas inferiores.”

Por tanto, já na infância, segundo Felipe, os corpos eram moldados para servirem a um padrão social. O papel da mulher na sociedade era ser discreta, tinha o objetivo de procriar e eram consideradas inferiores, as meninas então assim eram educadas.

Na infância, as práticas corporais, assim como atitudes e posturas no geral, são até hoje controladas e tolhidas a fim de manter um padrão de gênero e sexualidade imposto socialmente (LOURO, 2000). Portanto, ao entender como se deu o primeiro contato com o esporte em geral, objetivo apontar uma construção social do que é “normal” para as meninas e se as árbitras do presente estudo já borravam ou não esses limites, se estavam dentro ou fora dos padrões sociais de ser menino ou menina.

Nas entrevistas três árbitras apontaram as brincadeiras de rua como iniciação nos esportes em geral. Quatro delas teriam os pais e irmãos como praticantes e por isso começaram a praticar também. Ainda cinco das seis árbitras lembraram que em sua infância a escola foi uma promotora dos esportes e por isso elas os praticavam.

O fato de ter irmãos meninos pode ser uma porta de entrada para a prática do futebol na infância, como podemos ver nos trabalhos de Ramos (2016) e Joras (2015),

tratando sobre as trajetórias esportivas de Eduarda Luizelli e Aline Pellegrino respectivamente, ambas ex-jogadoras contam que os seus primeiros contatos com o futebol se deram com seus irmãos, ainda na infância.

Ariela, a primeira árbitra entrevistada, conta “Meus irmãos jogavam futebol, meu pai jogava futebol, eu ia junto com eles para o campo e eu ficava brincando lá fora, ficava brincando dentro do campo” (SILVEIRA, 2018, p. 4),

Taís, árbitra natural de Venâncio Aires, fala que seu primeiro contato com o esporte foi desde pequena,

“cinco anos de idade mais ou menos, através do meu pai, que sempre me levava nos jogos dele, ele não jogou profissional, amador mesmo. Minha família toda é envolvida com esporte, nós temos um time de futsal lá em Venâncio [...] meus tios, meus primos, são todos envolvidos lá.”(RUVÉR, 2019, p. 4)

Já a Estefani, a última árbitra a ser entrevistada na pesquisa, relembra “Como eu tenho dois irmãos mais velhos, eu acompanhava eles em todo o canto. Então o primeiro contato mesmo foi no futsal.” (ROSA, 2019, p. 4)

Outra entrevistada que relata as experiências corporais da sua infância com o seu irmão é a Andreza, árbitra categoria A da FGF. “Eu tenho um irmão mais velho e eu andava na cola dele o tempo todo, então eu sempre joguei bola com os guris, eu fazia tudo, eu andava de skate, eu andava de bicicleta...” (MOCELLIN, 2018, p. 4)

Uma das hipóteses que posso levantar, segundo os relatos, é que o futebol esteve presente na infância delas justamente por ser uma prática considerada normal para os meninos, seus irmãos, pais, tios ou primos.

Maíra e Luiza foram as únicas árbitras do estudo que não relataram a aproximação através dos familiares, as mesmas utilizaram a escola como espaço de aproximação com o esporte.

Luíza, árbitra natural de Santa Cruz, responsabiliza seus pais pela sua inserção no mundo dos esportes. Em sua entrevista elenca atividades que participou em sua infância “natação, ginástica artística e patinação. Fiquei sete anos fazendo patinação e ginástica artística, troquei para atletismo” (REIS, 2018, p. 4). Luiza só foi entrar no mundo do futebol futuramente, através da faculdade, o que será melhor explorado no subcapítulo seguinte.

Na trajetória da Maíra, árbitra natural de Cruz Alta, a delimitação social de gênero apareceu na escola, na sexta série do ensino fundamental, se utilizando de um discurso amparado pela biologia do corpo e do sexo (GOELLNER, 2005).

Na entrevista a árbitra relembra que seu “contato com o esporte começou na primeira série, comecei a jogar futebol com os meninos, fui jogando com eles até a sexta série, aí começou uma disparidade física” (MOREIRA, 2019, p. 4).

Louro (2003, p. 58) caracteriza a escola como uma limitadora

“ela delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.”

Trazendo essa definição de Louro para a realidade relatada por Maíra, compreendemos o motivo dela não continuar jogando com os meninos. Se a escola delimita espaços e, como relatado por Felipe, ainda existe papéis a ser desempenhado pelas meninas, estar jogando futebol no meio de meninos vai contra essas ideologias. Ainda, a discriminação encontrou aporte nas ideologias biológicas explicadas por Goellner (2005).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física instrui que o professor deve ter “Disposição em adaptar regras, materiais e espaço visando à inclusão do outro” e que ainda prime pelo, “Respeito a diferenças e características relacionadas ao gênero presente nas práticas da cultura corporal de movimento.”. (BRASIL, 1998)

O PCN de 1998, até hoje vigente, enfatiza a necessidade de inclusão de todos os alunos em qualquer que seja a prática corporal, por tanto o relato da árbitra de que precisou parar de jogar com os meninos na sexta série por disparidade física vai contra os parâmetros da educação brasileira.

4.2 O INÍCIO NA ARBITRAGEM

A pesquisa de FARIAS (2014), se caracteriza como um trabalho de conclusão da graduação em Educação Física e objetivou relatar as aspirações de 14 mulheres

que estavam fazendo o primeiro curso de arbitragem somente para mulheres do Rio Grande do Sul²².

Das 14 mulheres dessa pesquisa, 10 escolheram a arbitragem por gostar de futebol, assim como 5 das 6 árbitras da minha pesquisa que também apontaram esse o motivo principal da sua escolha.

O fato delas gostarem de futebol as fazem querer, de alguma forma, fazer parte do espetáculo. Andreza e Taís, duas das árbitras da pesquisa, falaram sobre suas vontades de seguir no futebol, porém como jogadoras, mas que não conseguiram e por isso optaram pela arbitragem.

Andreza fala sobre sua vontade “de querer jogar, de querer fazer parte do espetáculo, porque a gente como jogadora não tem futuro mesmo, então a gente começa a procurar outros meios.” (MOCELLIN, 2018, p. 4). A Taís também referenciou que “meu sonho era sempre jogar futebol, mas não deu certo.” (RUVÉR, 2019, p. 4).

O futebol é um mundo à parte, com valores socioculturais que buscam manter a sua ordem. As mulheres jogando em massa subverte ao ideal lógico de virilidade virtuosa e masculinidade que foi historicamente embutido no jogo. (FRANZINI, 2005)

O objetivo aqui não é responsabilizar somente ao estigma social às dificuldades de seguir na carreira de jogadora de futebol no Brasil. Mas sim demonstrar que o preconceito da maioria da população afeta sim em uma escolha profissional.

As próprias Taís e Andreza também foram influenciadas por familiares que já estavam envolvidos na arbitragem. A primeira conta que seu irmão²³ já era árbitro da FGF e a convidou para fazer o curso (MOCELLIN, 2018).

Assim como o primo da Taís²⁴, “meu primo, que hoje é árbitro CBF, me falou que ia abrir edital para o curso da Federação, eu fiquei meio assim, mas ele me apoiou e eu fui” (RUVÉR, 2019, p. 4)

Uma referência na família se mostrou importante no caso dessas duas colaboradoras. Já como figura de representatividade, a bandeirinha Ana Paula de Oliveira foi citada por Estefani como exemplo a seguir. “Quero fazer o caminho que a

²² O curso foi promovido pela Fundação de Esporte e Lazer (FUNDERGS), pelo Centro de Memória do Esporte (CEME/UFRGS), Associação de Gaúcha de Futebol Feminino (AGFF), com o apoio da Secretaria de Política para Mulheres, Federação Gaúcha de Futebol (FGF) e Sindicato dos Árbitros de Futebol do Rio Grande do Sul (SAFERGS). Após a realização da parte teórica e prática do curso, as mulheres estariam aptas a participar de Campeonatos e Competições.

²³ O ex-árbitro Alessandro Mocelin

²⁴ Daniel Soder, árbitro categoria A da FGF e também CBF.

Ana Paula trilhou, ela era uma excelente profissional [...] me espelhei nela e vou seguir a mesma linha de trabalho.” (ROSA, 2019, p. 9)

Maíra também citou Ana Paula e Silvia Regina como lembrança da sua infância “eu já era fã da Ana Paula, tinha a Silvia Regina que estava na minha memória, que eram mulheres que trabalharam no futebol no início dos anos 2000 [...] eu lembro da minha infância porque eu acompanhava tudo de futebol.” (MOREIRA, 2019, p. 5)

As mulheres na arbitragem ainda são poucas, mas o Brasil teve mulheres pioneiras como Silvia Regina, Léa Campos e Ana Paula de Oliveira. Como relatado nas entrevistas, ao terem o conhecimento de outra mulher ocupando o alto nível da arbitragem, ela é usada como espelho. Essas pioneiras foram motivações para o ingresso na arbitragem das colaboradoras desta pesquisa.

Voltando aos caminhos que levaram as entrevistadas escolherem a arbitragem. O curso de graduação em Educação Física foi a porta de entrada para a carreira como bandeirinha da Luiza, Maíra, Ariela e Estefani. A última conta que

“No curso de Educação Física foi divulgado que teria o curso em Porto Alegre, eu me interessei bastante mas não consegui naquele ano. Esperei abrir uma nova turma, me inscrevi e consegui concluir o curso.” (ROSA, 2019, p. 4)

Três delas comentam que a faculdade fez uma “parceria” com a FGF, a fim de promover o futebol e, principalmente, a arbitragem feminina. Podemos apontar isso como uma das ações que a entidade vem tomando para fomentar a arbitragem feminina. Como dito anteriormente, o curso de 2019 foi o primeiro a ter algumas vagas destinadas exclusivamente às mulheres.

As ações da FGF não são isoladas, elas são fruto de orientações da CBF e FIFA, conforme registrado no seu plano de Estratégia e Licenciamentos de Clubes (2017). Nas suas entrevistas, Luiza, Maíra e Estefani falam sobre cursos promovidos por essas duas entidades especialmente destinados às árbitras do Brasil. As duas árbitras da categoria A contam sobre o RAP-FIFA²⁵, um curso somente para mulheres, não necessariamente para aquelas já credenciadas no mais alto nível, mas as aspirantes também

²⁵ Programa de Assistência para Árbitros, é promovido através de uma parceria da FIFA com a CBF e Escola Nacional de Arbitragem de Futebol. É especialmente para árbitras e assistente mulheres. Ao longo dos cinco dias de atividades acontecem palestras, oficinas e testes físicos e teóricos.

“No RAP feminino normalmente todas as instrutoras são mulheres, isto é muito legal, tanto as de campo, quanto as técnicas. [...] Nesse último teve um estudo histórico da mulher, teve palestra da Silvia Regina, tem muito esse enfoque de desenvolvimento feminino.” (MOREIRA, 2019, p. 8)

A Estefani fala sobre o curso CBF²⁶, que foi realizado em Santa Catarina e contou com palestras de Ana Paula de Oliveira. Esse também é um curso para promissoras, as federações dos estados indicam as árbitras promissoras para fazer o teste.

Luiza ainda falou sobre o PRAB²⁷, curso não especializado para mulheres, mas sim para árbitros promissores de cada estado. “fazia muitos anos que eles não chamavam mulheres, são trinta e seis participantes e quatro mulheres e eu vou ir agora” (REIS, 2018, p. 6).

Esses fatos indicam, por hora, um maior investimento no futebol e na arbitragem de mulheres por parte das entidades organizadoras, no Brasil e no mundo. Porém, pensando em nosso estado, a FGF é uma das federações com pouco investimento na formação de mulheres, seja na promoção de cursos seja na convocação para que atuem. .

No quadro 2 apresento o ano de realização do curso de formação de árbitros da FGF e quantas colegas mulheres cada uma das árbitras tiveram, segundo suas narrativas.

Ano de realização do curso	Árbitra	Colegas mulheres
2009	Luiza Naujorks Reis	3 mulheres, somente ela concluiu todas as etapas

²⁶ O 1º Curso Regional para Árbitras e Assistentes, aconteceu entre os dias 18 e 21 de abril de 2019, em Santa Catarina. Foi promovido pela CBF com o apoio da Federação Catarinense de Futebol. Segundo Ana Paula de Oliveira, coordenadora da arbitragem feminina na CBF, esse curso teve o objetivo de preparar e qualificar as mulheres, além de deixarem mais seguras para quando tiverem oportunidade na elite da arbitragem feminina. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/arbitragem/cbf-realiza-primeiro-curso-regional-exclusivo-para-arbitragem-feminina>

²⁷ Projeto de Renovação da Arbitragem Brasileira

2010	Andreza Vanni Mocelin	3 mulheres, somente ela concluiu todas as etapas
2013	Ariela Duarte da Silveira	10 mulheres, 3 concluíram, 2 atuam
	Maíra Mostella Moreira	
2015	Tais Regina Ruver	Somente as duas começaram, concluíram e estão atuando
	Estefani Adriati Estrela da Rosa	

Maíra conta que logo após o curso foi um pouco “obscuro” sua inserção nos jogos, “eles não sabiam se me colocavam ou não, pelo fato de ser a única mulher atuando em campo.” (MOREIRA, 2019, p. 6) Porém, o delegado da Federação responsável pela região de Santa Maria apostou nela, conforme relembra em sua entrevista ao informar que foi um processo rápido; mais rápido do que ela planejava, já que em três anos ela já estava na categoria A da FGF.

Porém esse processo não aconteceu com todas elas, Ariela

“Hoje eu ainda sou letra C da Federação, eu estou no quinto ano de letra C da Federação, isso já me desmotivou muito, porque eu vejo as pessoas passarem na minha frente, independente de homens ou mulheres, os dois têm passado na minha frente, e isso me desmotiva.” (SILVEIRA, 2018, p. 7)

Ao buscar entender como se dá a promoção entre as categorias não identifiquei nenhum documento que explicita as regras e critérios. A Federação, procede por indicações da própria, portanto o caminho de cada árbitra é único.

Durante e logo após realizar o curso de formação Taís relembra que recebeu apoio do seu tio, que já trabalhava com futebol

“Quando eu comecei eu não tinha nem noção, não sabia nem segurar uma bandeirinha na mão, meu tio que foi me escalando para os jogos quando eu comecei o curso [...] ele parava atrás da tela e ia me falando, lateral para lá, para cá, é impedimento [...] aí eu comecei a pegar.” (RUVÉR, 2019, p. 5)

Segundo seu relato, encontrou apoio no seu tio no início da carreira, no próximo

capítulo discutirei a importância dos apoios para cada uma das árbitras estudadas, além de dialogar sobre as formas que se deram esses suportes. As motivações que as fazem persistir na carreira também serão abordadas.

4.3 APOIOS E MOTIVAÇÕES

Outros estudos objetivaram compreender como se dava o apoio para atletas de outros esportes. A pesquisa de Cardoso et al. (2012), por exemplo, analisou a percepção das próprias atletas e seus familiares sobre sua inserção no boxe, esporte que também era proibido às mulheres no Decreto-Lei nº 3.199\41.

Os familiares das boxeadoras, inicialmente, apontaram medo pela saúde das atletas, enraizado na lógica machista e sexista, pela preservação dos ideais de gênero e sexualidade culturalmente impostos.

“Contudo, com a persistência e a ‘luta’ das atletas avaliadas em permanecerem praticando o esporte que escolheram como preferido, o boxe, familiares e amigos passaram a aceitar a escolha e a acompanhar suas filhas e amigas nas competições.” (CARDOSO et al., 2012, p. 262)

Fazendo uma aproximação com o estudo de Cardoso et al., a árbitra Estefani relata em sua entrevista os medos de sua família no início da sua carreira. Mas assim como aconteceu com as boxeadoras de Cardoso et al., depois de Estefani já ter trilhado um caminho na arbitragem, seus familiares estão começando a se aproximar do seu trabalho como árbitra

“Eu não tive apoio de fora, foi mais a minha vontade de buscar. [...] Hoje em dia minha família até me pergunta sobre isso, mas eles ainda não me acompanharam em nenhum jogo, não tiveram essa coragem ainda, eles acham meio perigoso estádio de futebol” (ROSA, 2019, p. 5).

Estefani relata então a falta de apoio, ela e Ariela foram as únicas a apontar que o que as moveu foram suas próprias vontades “O principal apoio foi o meu mesmo [...] não vou dizer que eu não tive apoio dos meus pais e nem que tive, os meus pais sempre me deixaram livre para escolher o que eu queria” (SILVEIRA, 2018, p. 6).

Segundo a fala das duas árbitras, a força de vontade as moveu. Esse fato pode demonstrar que apoios são importantes, mas o fundamental é o querer fazer.

Por outro lado, quando a família é um pilar para continuar na arbitragem esse apoio se expressa de diferentes formas. Luiza trouxe o relato do pai como maior incentivador em seus jogos, treinos e testes.

“Da minha mãe e do meu pai, o meu pai fundamental. Ele é de Santa Cruz do Sul, eu ia fazer jogo em Lageado, Venâncio, tudo perto, ele ia, não importava o dia da semana, o horário, ele ia. No teste físico, ele vem até aqui. Quando eu fiz o meu mestrado, que eu fiz em Santa Cruz, eu fiquei dois anos lá, ele ia treinar comigo, ele fazia os tiros, ele fazia tudo comigo, quando eu não ia ele perguntava ‘Por que não foi treinar?’ Ele me apoia muito.” (REIS, 2018, p. 10)

O pai de Luiza a incentivou por estar presente, já a Maíra também recebeu incentivo, porém contemplando a parte financeira. Já que como ela mesma diz

“eu não teria conseguido fazer sozinha. Eu ganhava uma bolsa de duzentos reais em Santa Maria, trabalhando em academia das 18h às 22h da noite. o curso eu lembro que era o valor de quatrocentos, mais todos os gastos de todos os finais de semana. Uma realidade para uma universitária que não teria como.” (MOREIRA, 2019, p. 8)

Notamos então dois tipos de incentivo, pela presença e também de forma financeira. Claramente foram fundamentais para as duas árbitras, cada uma em sua necessidade no momento.

“Apesar dos relatos de resistência ou de não aceitação de alguns pais, as atletas relatam ter apoio familiar para a prática, nos aspectos psicológico, social e financeiro, apesar de as opiniões quanto ao esporte divergirem entre gostar ou achar que é uma modalidade masculina.” (VISSOCI et al., 2013, p. 154)

Os mesmos apoios aparecem em uma pesquisa de Vissoci et al. (2013). Ela verifica como as atletas de um time de futsal feminino em Londrina-PR percebiam a influência parental em suas carreiras. A pesquisa evidencia o benefício de um suporte-autonomia em detrimento de uma ação de controle e superproteção dos pais sob as atletas.

Quando perguntada sobre sua motivação a árbitra Andreza diz que sua filha “é motivação para quase tudo na vida, tudo que eu faço ela é o motivo principal [...] ela fica orgulhosa quando me vê.” (MOCELLIN, 2018, p. 9-10).

A discriminação de gênero abordada ao longo deste trabalho e também comentada acima é considerada de forma específica pela árbitra Andreza quando fala sobre sua filha.

“eu quero ensinar para ela um mundo diferente, um mundo feminista, que não tenha essa barreira do “Não, tu é mulher, tu tem que fazer assim.” Desde que ela era muito pequena não era “Pra ti tem que ser cor de rosa e pro fulano tem que ser azul.” Eu nunca ensinei essas coisas para ela, são valores que eu tento passar, então eu mostrando que eu me inseri no campo, abriu uma porta que estava pouco aberta para nós e ainda tem que abrir mais, mas eu tento ensinar.” (MOCELLIN, 2018, p. 9-10)

A lógica de azul para meninos e rosa para meninas que Andreza utiliza em sua fala é pesquisada por Chimanda Ngozi Adichie no livro “Para educar crianças feministas: um manifesto”.

Na concepção da autora, essa é uma das ações que contribuem para a “camisa de força do gênero” (ADICHIE, 2017, p. 11) que, desde a infância, utilizamos. Para Chimanda, se não forem delimitadas cores, brinquedos e atitudes em crianças estaremos dando-lhes “espaço para alcançar todo o seu potencial” (ADICHIE, 2017, p. 11).

Andreza então traz sua filha como uma das suas motivações, mas também o gosto pelo futebol como motivo de sua persistência. O gosto pelo futebol, pela arbitragem e pelo treinamento apareceram em todas as entrevistas realizadas como motivação para continuar.

A Maíra aponta que o futebol a ajudou a resignificar sua vida “Eu não seria quem eu sou se não existisse o futebol na minha vida.” (MOREIRA, 2019, p. 13). Essa fala demonstra que a vida dela está pautada no futebol, que a sua trajetória construiu valores e formas de encarar o mundo diferentes depois da sua entrada nesse mundo.

Ariela ainda relata que o “principal motivo de eu estar fazendo isso é eu gostar, eu sou apaixonada pelo futebol, pelas regras, pelo impedimento, é impressionante.” (SILVEIRA, 2018, p. 6). A parte técnica é o que mais aproxima essa árbitra do futebol, estar em campo e estudar é a sua motivação.

Enquanto Estefani demonstra que sua maior motivação é estar pronta para quando chegar a oportunidade de ser CBF,

“Treino praticamente três vezes na semana corrida, duas vezes treino para força, a parte teórica tem que estar sempre em dia. E o dia que surgir oportunidade eu estou pronta, minha motivação é estar pronta a qualquer momento” (ROSA, 2019, p. 8)

Apesar de todas citarem a paixão pelo futebol, são três óticas diferentes, de significação de vida, de gosto pela parte técnica e ainda pela vontade de atingir níveis mais altos na carreira.

Esse último objetivo aparece na pesquisa de Tertuliano et al. (2018), um estudo bibliográfico de caráter descritivo-propositivo que visava abordar os fatores psicológicos envolvidos no bom desempenho de árbitros de futebol.

Para os autores, se tratando de motivação para a permanência, foram abordados dois aspectos: a paixão pelo futebol e a chance de progresso na carreira, exatamente como exposto pelas árbitras aqui entrevistadas.

4.4 OS DESAFIOS DENTRO DE CAMPO

Esse subcapítulo procura revisar as questões psicológicas que envolvem a atuação das árbitras dentro de campo. Além de focar na relação da arbitragem com a torcida.

Pesquisas da área da psicologia do esporte apontam fatores de estresse pré, pós e durante o jogo. Sousa (2016) discorre sobre a preparação psicológica dos árbitros CBF em seu artigo. Sobre as pressões que a classe sofre resume

“O árbitro deve ter uma preparação técnica para interpretar todos os lances de um jogo, uma preparação física que permite que ele esteja próximo onde se desenvolve as jogadas, uma preparação psicológica que saiba transitar por um nível de ansiedade ideal, perceber as ações e as intenções do atleta, além de uma motivação para estar em constante aperfeiçoamento técnico, psíquico e físico, ou seja, em busca de integração, e decisão” (SOUSA, 2016, p. 121)

Ancorando-se nessa apresentação, ressalto que estar na arbitragem demanda muita responsabilidade. São preparações técnicas, físicas e psicológicas que antecedem e precedem o momento da partida. Logo os árbitros, de forma geral passam por dificuldades inerentes a profissão.

Ansiedade, medo e estresse são fatores que influenciam na sua atuação nas partidas (TERTULIANO et al, 2018). Além disso, lidar com os erros, que indubitavelmente acontecem, é um dos grandes desafios. Luiza sobre isso aponta,

“Eu me cobro muito quando erro, muito mesmo, às vezes eu vou estar parada e pensando “Que merda que eu não marquei aquele negócio.” [...] pro árbitro é muito difícil o erro, porque a gente se cobra, a gente sabe que errou, [...] o erro é muito difícil e a gente tem que superar, e tem que ser na hora, porque aconteceu no jogo e tu já sabe que tu errou, tem que superar... Mas é difícil, muito difícil.” (REIS, 2018, p. 13)

Em vista disso, as condições psicológicas do árbitro e seus assistentes influem diretamente nos acertos e erros. O desgaste emocional vem da pressão que sofrem por parte dos jogadores, comissão técnica e torcida, aliada a necessidade de tomar decisões rápidas durante toda a partida (TERTULIANO et al, 2018).

A relação entre torcida e arbitragem não é naturalmente amistosa. A violência está presente e se dá através de cantos, xingamentos e gestos, portanto Reis (2006) a classifica como violência simbólica.

Nas entrevistas as cinco árbitras falaram que reconhecem que a relação da torcida com a arbitragem é conturbada de uma forma geral. Três delas admitem que quando é uma mulher na posição de autoridade no jogo, os xingamentos são diferentes, como classificado a seguir.

De acordo com os depoimentos das entrevistadas, classifico os xingamentos em duas categorias: ligando-as às funções reprodutoras e do lar, ou seja, aos papéis tradicionalmente construídos para cada sexo; e o outro de sexualização de seus corpos.

Na primeira categoria trago os xingamentos relatados pelas árbitras Luiza, Maíra, Estefani e Ariela: “vai lavar uma louça”, “tu não deveria estar aqui”, “cadê teu namorado?”. (REIS, 2018) (MOREIRA,2019) (ROSA, 2019) (SILVEIRA, 2018).

A fim de contextualizar esses xingamentos me volto ao ano de 1949, a luta das mulheres na França era escrita pela autora Simone de Beauvoir, ela fala sobre esse país, mas podemos nos voltar a praticamente o mundo inteiro nesse ideal. As mulheres eram renegadas ao “segundo sexo”, o que intitula o livro da mesma. Essa afirmação se dá pelo lugar social que a mulher era obrigada a ocupar, sendo excluída de determinados ambientes, o que afetava desde a roupa que ela poderia usar até o acesso à educação.

Beauvoir é uma das primeiras autoras a ir contra esse pensamento, ela não utiliza a nomenclatura de gênero, mas de certa forma o conceitua quando fala que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1967. p.9.). Sendo assim, as construções sociais que irão ditar a forma de ser mulher.

No mesmo livro de Simone de Beauvoir podemos visualizar os papéis que na época eram destinados às mulheres e até hoje está enraizado na sociedade: tarefas domésticas, procriar, cuidar dos filhos, costura e resguardo.

Em uma análise sobre o primeiro periódico específico da Educação Física, a Revistas Educação Física, publicada entre 1932 e 1945, Goellner (1999) discorre sobre a imagem do ser mulher construída na época através da revista. O texto contempla três pilares a beleza, a maternidade e a feminilidade.

As imagens produzidas pela Revista no passado recontam os ideais que, de certa forma, ainda estão vivos no presente. São expressões do corpo, valores e ideologias, que criam a imagem da mulher.

“Assustados com o possível abandono do lar, alguns autores da Revista Educação Physica continuam a insistir que, para a mulher, o espaço doméstico é aquele que merece ser preservado. Razão pela qual, trabalho feminino, quando inevitável, deve ser compatível com a sua carreira de “dona de casa”, ou seja, com as tarefas do lar e da educação dos filhos que sempre são e devem ser desejados.” (GOELLNER, 1999, p.128)

As obras referenciadas contemplam os ideais de embasamento para os preconceitos sofridos pelo primeiro grupo de classificação de xingamentos do presente estudo. As árbitras ainda escutam ordens para realizarem as tarefas ditas femininas ao invés de estarem dentro de campo.

Já o segundo grupo de classificação encontramos palavrões e xingamentos com a intenção de sexualização das árbitras. “Que fui ali só para rebolar”, “que é para eu enfiar o pau da bandeira no **”, “vadia”, “vagabunda” (REIS, 2018) (SILVEIRA, 2018).

Para tratar sobre a sexualização dos corpos das mulheres cito Rose Marie Muraro, ela foi reconhecida, pelo Governo Federal como a Patrona do Feminismo no Brasil. A escritora ao longo de sua carreira tratou sobre o tabu da sexualidade feminina e em 1971 lançou a tradução do livro escrito pela americana Betty Friedman, intitulado A mística feminina (1963).

Na tradução de Muraro em 1971, é abordado o fato de que as mulheres deveriam ser recatadas e do lar e essas não deveriam sentir prazer. As que fossem contra e demonstrassem alguma manifestação de prazer tinham suas dignidades julgadas. (BARROS, 2017)

Fazendo um link com os xingamentos escutados pelas árbitras, utilizo a lógica citada acima para dizer que, como as árbitras estão ocupando um lugar que não o da casa e da família, suas dignidades são julgadas e por isso são sexualizadas.

Ainda a fala de Goellner (2005) nos mostra que, historicamente, as discriminações que as mulheres passam nas práticas corporais estão diretamente ligadas aos movimentos de preservação da feminilidade e a função de reprodução, que logo em seguida é agregado a ideia de erotização e sensualização dos corpos,

“Se para as mulheres do início do século XX a beleza era vista como sinônimo de saúde e também de uma genitália adequada para cumprir suas funções reprodutivas, a partir dos anos 70, a esse discurso se incorporará outro: o da erotização de seus corpos. Assim, estádios, ginásios, academias, parques e praças são identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade. Objeto do olhar de outrem, o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável.” (GOELLNER, 2005, p. 147)

Logo, podemos definir os xingamentos que as torcidas deflagram às árbitras como a representação de uma sociedade conservadora que ainda restringe a mulher o papel de cuidadora da casa e da família.

Além de que se alguma mulher borra esses limites, sua dignidade é questionada. Aparentemente, os torcedores se sentem no direito de diminuí-la e sexualiza-la, Para Bandeira e Seffner (2013, p. 266) a torcida

“opera em uma lógica de socialização que aponta para características de virilidade, homofobia, sexismo, machismo, competitividade e outros. Essas características podem exigir que demonstrações violentas sejam utilizadas como marcador de inteligibilidade dos sujeitos”

Ainda assim três delas falaram que não se importam com o que escutam dos torcedores, que seriam “extracampo” (MOREIRA, 2019).

Podemos responsabilizar essa imparcialidade por justamente ser uma das características psicológica necessária na função que elas desempenham, segundo

Ferreira (2012, p. 77) “torcedores encontram na figura do árbitro o maior adversário de sua equipe”. Para preservar seus trabalhos as árbitras então poderiam não evidenciar essa relação conflituosa.

4.5 DESAFIOS ALÉM DOS 90 MINUTOS

Portanto pontuei alguns motivos de estresse ao longo da partida, a seguir categorizo algumas situações que as entrevistas elencaram como desafios. O primeiro abordado foram as necessidades de grandes deslocamentos por parte de uma delas.

Maíra falou sobre as viagens, já que ainda é uma escolha ela residir em Santa Maria, uma cidade do interior afastada 292 km da capital do estado. Os jogos da categoria A, em sua maioria acontecem em Porto Alegre. Sua escolha de ainda viver no interior se dá pelo vínculo com a profissão que lá é exercida como *personal trainer*.

Todas as árbitras pesquisadas possuem uma carreira paralela, cinco delas na área da Educação Física. Na Lei 12.867 de 2013, a profissão de árbitro de futebol foi regulamentada, porém nela fica claro que os árbitros respondem às entidades e federações do estado “Art. 5º É facultado aos árbitros de futebol prestar serviços às entidades de administração, às ligas e às entidades de prática da modalidade desportiva futebol” (BRASIL, 2013).

Apesar da lei de 2013 prever a profissionalização, os árbitros respondem às federações dos seus estados, portanto são autônomos e sem vínculos empregatícios. Além disso, outros dois direitos são concedidos aos jogadores nas transmissões de jogos pela televisão, o Direito de Imagem²⁸ e o Direito de Arena²⁹, nenhum dos dois direitos é assegurado para os árbitros.

O estudo de Horn (2015, p. 14) comprova que “grande parcela da sociedade e inclusive dos próprios árbitros não percebem a arbitragem enquanto profissão.”

A dedicação exclusiva para a arbitragem não apareceu em nenhum dos casos estudados na presente pesquisa. Justamente por isso, toda a preparação prévia e nos

²⁸ Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, “O direito de imagem, que é de ordem pessoal e está assegurado no artigo 5º, inciso XXVIII da Constituição da República, trata da proteção à participação individual em obras coletivas e à reprodução da imagem e da voz humanas, inclusive nas atividades desportivas”

²⁹ Segundo o mesmo TST, “O direito de arena, previsto no artigo 42, parágrafo 1º, da Lei Pelé, corresponde a 5% da receita negociada para transmissões dos eventos esportivos e é devido somente aos atletas” Disponível em: http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/24608349

dias de jogos, conciliando com o trabalho formal, foi um dos desafios apontados por quatro das seis árbitras da Federação Gaúcha de Futebol.

Entretanto, o ponto principal, que todas as mulheres entrevistadas elencaram como o maior desafio, foi o teste físico. Logo após as aulas e teste teórico os futuros árbitros passam pelo teste físico para que só assim sejam credenciados à FGF. Além disso, todos os árbitros e assistentes precisam passar por testes semestrais, no início e meio da temporada.



Figura 9: As seis árbitras do estudo após o teste físico da FGF

Fonte: Globo Esporte³⁰

Atualmente a FGF tem um índice feminino e outro masculino no teste, as definições de marcas, tipos de testes e tempos partem de deliberações da FIFA.

Segundo o documento de Protocolos e Parâmetro - Teste Físico da FIFA (2016) os testes e índices exigidos para os árbitros assistentes na categoria em que as árbitras da pesquisa estão inseridas são:

Prova 1: mede a capacidade de troca de direção durante a corrida. Tiro de 10m, muda de direção, 8m, muda de direção, 8m, muda de direção, 10m.

Prova 2: mede a capacidade de *sprints* repetidos. 5 *sprints* de 30m.

³⁰ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/rs/futebol/campeonato-gaucha/noticia/trio-de-arbitras-se-une-em-familia-e-soterra-preconceito-para-atuar-no-gaucha0.ghtml>

Prova 3: Capacidade de corrida em alta intensidade, intervalado com caminhadas. 75m de corrida e 25m de caminhada.

	Prova 1	Prova 2	Prova 3
Homens	10.20 min	4,90 min	15 seg - 22 seg
Mulheres	11.20 min	5,30 min	18 seg - 24 seg

As mulheres que passam pelo índice feminino na FGF estão aptas a atuar em torneios de ambos os sexos, assim como acontece com as árbitras conveniadas à FIFA. Porém, a CBF exige que as mulheres façam os índices masculinos nos testes para poder atuar nos campeonatos disputados por homens.

A Luiza apontou um motivo para tal exigência. “O Tite falou [riso] que a Silvia Regina apitou um jogo dele e ele falou que não tinha como porque mulher não tinha capacidade de acompanhar um jogo de homens e por causa disso a CBF colocou o teste masculino.” (REIS, 2018, p. 7).

Essa afirmação do Tite aconteceu durante o Campeonato Paulista de 2005³¹, quando o Corinthians, time que ele treinava, perdeu uma partida apitada por Silvia Regina, essa derrota acarretou em sua demissão. Podemos ver na fala do técnico a grande desconfiança sobre o trabalho das mulheres no futebol.

O estudo de Ferreira et al. (2013) aborda a pouca representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil, foram entrevistadas 13 técnicas de 8 modalidades diferentes. Nesse estudo é feito uma revisão bibliográfica e apresentado o conceito de “teto de vidro” como uma barreira invisível que impede a ascensão das mulheres a cargos de liderança e poder, subordinando-as a posições inferiores.

Se considerarmos a arbitragem como uma posição de poder no mundo do futebol, a desconfiança de Tite comprova a existência do tal teto de vidro. Apesar de na época ele apresentar um discurso biológico de incapacidade física das mulheres, ele impõe uma barreira invisível para o crescimento das mulheres na prática.

³¹ Reportagem da Folha de São Paulo falando sobre o ocorrido:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0803200624.htm>

Durante as entrevistas, pude notar que as árbitras estudadas passaram pela mesma desconfiança e provação vindo de outros homens de seus convívios. A Ariela relatou uma situação que aconteceu no início da sua carreira

“Um professor meu chegou e me disse “Tu é louca, tu quer ser xingada, tu quer que as pessoas mijem em ti”, literalmente porque no interior acontece muito isso, “tu quer tomar pedrada, tu quer apanhar, é isso que tu quer”. E eu disse que não, que queria ser árbitra assistente.” (SILVEIRA, 2018, p. 6)

O professor de Ariela usou a violência que ainda está presente em alguns estádios de futebol para tentar limitá-la. Assim como a Maíra, que passou algo bem parecido com algumas pessoas da Associação Santamariense de Árbitros de Futebol,

“eu só pude começar a trabalhar com eles lá porque eles sabiam que eu estava fazendo o curso, mas eu lembro que eles tiveram umas três conversas comigo e me perguntavam assim “Tem certeza que tu vai querer atuar nos gramados? Porque não é igual a TV”.” (MOREIRA, 2019, p. 6)

O questionamento que podemos nos fazer é se essas desconfianças relatadas com o objetivo de alertá-las seria feito a um homem. Usando a analogia do teto de vidro, é como se esses homens estivessem no andar de cima e as aspirantes embaixo do teto. Esses homens, ao relatarem problemas ou dificuldades que a arbitragem as traria, estariam tentando evitar elas quebrassem o teto, alcançando a posição de poder da arbitragem.

4.6 A BANDEIRA E O EMPODERAMENTO

Após discorrer sobre todos os desafios enfrentados por elas e ainda, fazer ligações com conceitos de gênero e preconceitos sociais. A bandeira se apresentou nas entrevistas como um objeto simbólico quando perguntadas sobre a representação da arbitragem em suas vidas. Sua representação foi a quebra de paradigmas e a própria força que cada uma delas necessita para atuar.

Primeiramente gostaria de conceituar o termo “empoderamento” na ótica que ele será usado, Sardenberg (2018, p. 49) através de um viés feminista o conceitua

“Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da dominação patriarcal. Para as feministas latino-americanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. Isso não quer dizer que não queiramos também acabar com a pobreza, com as guerras, etc. Mas para nós o objetivo maior do empoderamento é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas”, ou seja, é uma questão de conquista da autonomia.” (SARDENBERG, 2018, p. 49)

Considerando então empoderamento como uma forma de desestabilização do entendimento comum do que cabe às mulheres fazer ou não. Irei considerar as palavras força, poder, alicerce e vitória como códigos para o entendimento de empoderamento, elas apareceram em todas as entrevistas.

A última pergunta da entrevista era: “Se eu fosse fazer uma exposição sobre a tua vida hoje e te pedisse um objeto, o que tu me daria?” Não tinha o objetivo de direcionar a resposta, e a prova disso é que nem todas falaram que o objeto seria a bandeira. Mas sim objetiva que fosse um momento de expressão do que a arbitragem representava em suas vidas, o que de fato aconteceu. A seguir trago esses relatos.

“Para mim é um simbolismo de luta, de força, principalmente da minha [riso]. Da minha luta, da minha força, do meu esforço de estar ali, da minha vitória de conseguir ter chegado até ali.” (MOCELLIN, 2018).

Andreza, em sua fala relatada acima, demonstra orgulho por ter vencido as barreiras. A bandeira como objeto é o símbolo do lugar que ela está ocupando dentro da sociedade. Um lugar majoritariamente masculino e ela é uma das 6 mulheres, um pouco mais de 2%, que seguraram a bandeira da FGF em 2018.

A ideia de que a arbitragem é um dos sentidos das vidas delas também aparece “a arbitragem retomou o foco da minha vida” (REIS, 2018, p. 14) “A arbitragem é um alicerce na minha vida.” (MOREIRA, 2019, p. 7).

Segundo os relatos, estar no quadro de arbitragem da FGF representa uma vitória pessoal para cada uma das entrevistadas. É a superação dos desafios encontrados pelo caminho e a prova de que elas conseguiram atingir o desejo de estar lá.

Entrar no campo e poder decidir um lance difícil é o ponto ápice da vida dessas mulheres, É quando as dificuldades financeiras, físicas ou psicológicas se justificam, porque aquele momento é delas, assim como expressou Ariela

“Porque quando eles [jogadores] vêm para cima, de um metro e sessenta eu passo à dois metros e meio. E não interessa se eu acertei ou se eu errei, naquela hora ali é tudo comigo! E o tamanho da minha força é a bandeira que está junto comigo.” (SILVEIRA, 2018, p. 11)

A autoconfiança e a certeza no seu potencial profissional se expressam através da bandeira e da forma que elas devem se apresentar para os demais participantes do jogo. Ainda, é a quebra de uma convenção social, é a ocupação de um ambiente não comum para as mulheres. Representando não só a vitória pessoal de cada uma das seis árbitras, mas também a vitória como uma classe. Elas são a representação do sim para todas as dúvidas e desafios que todas as mulheres escutam ao tentar aventurar-se fora do limite de gênero.

5. CONCLUSÃO

Os dados da FGF comprovam que o Rio Grande do Sul tem uma carência de mulheres de seu quadro de arbitragem. Já que, como mencionado no decorrer do trabalho, somente 2,56% do total de árbitros do estado eram mulheres em 2018 e nenhuma delas atuava como árbitra central.

Ações para fomentar a arbitragem feminina estão sendo feitas, desde uma escala mundial - deliberações da FIFA - quanto local, com o incentivo da FGF para a participação das mulheres no curso de arbitragem de 2019.

Entretanto, os preconceitos existem e são representados nos relatos de cada uma delas, seja com histórias de dúvidas no início da carreira, quanto por falas da torcida, jogadores e colegas de trabalho. Conscientemente ou não, as seis árbitras do estudo estão rompendo padrões de gênero em uma cultura que ainda identifica o futebol como um espaço feito por homens e para consumo dos homens.

Nesse sentido, ao me debruçar sobre essa temática compreendo nesta pesquisa nas entrelinhas, enxergar os preconceitos e limitações de gênero nos

detalhes do cotidiano das colaboradoras. Foi um exercício de problematização, mais do que de respostas, de saída do senso comum.

Acredito que esse exercício seja necessário atualmente, já que a cada dia nos robotizamos um pouco mais, seja para atender as necessidades diárias de consumo ou para fugir de um posicionamento político-social. Mas podemos negar a naturalização de atitudes preconceituosas em pequenas ações do dia-a-dia e para isso é preciso problematizar pensamentos que de certa forma são comuns à sociedade.

Através dos relatos e da revisão de literatura fica evidente, no meu entendimento, as restrições que as mulheres sofrem antes mesmo do nascimento. Cores, comportamentos e atividades físicas são classificadas em duas categorias: de menina ou de menino. Desde a infância limitamos o desenvolvimento dos indivíduos. Ao invés disso, se déssemos asas para eles voarem, até onde chegariam?

As colaboradoras da pesquisa não sofreram grandes preconceitos na infância por causa do futebol. Mas talvez o número de árbitras de ponta na história do Brasil tivesse sido maior se o preconceito de gênero não estivesse até mesmo nos brinquedos que as meninas estão autorizadas a brincar.

A atuação das mulheres no mundo do futebol gera amplos debates e me arrisquei a abordá-los de forma simbólica nesse estudo. Sejam elas jogadoras, técnicas, dirigentes, preparadoras físicas, torcedoras ou árbitras. Qualquer que seja o lugar que ela ocupe, o machismo vai estar presente, mesmo que de forma sutil.

Com isso essa pesquisa buscou produzir reflexões críticas sobre o universo do futebol, mais precisamente da arbitragem. Tivemos muitos avanços em relação a oportunidades iguais para homens e mulheres, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que o mundo dos árbitros também vire o mundo das árbitras.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimanda Ngozi, Para educar crianças feministas: um manifesto. Companhia das Letras, São Paulo, 2017.

ANJOS, Luiza Aguiar dos. De “são bichas, mas são nossas” à “diversidade da alegria”: uma história da torcida coligay, Porto Alegre, 2018. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184514>

BARROS, Patrícia Marcondes de. A revolução sexual e o feminismo de Rose Marie Muraro através da imprensa alternativa contracultural nos anos 70. VIII Congresso Internacional de História, 2017, p. 2258 – 2265.

BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. Espaço Plural. Toledo, v.14, n.29, 2013.

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/4/1941, Página 000. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, Decreto-Lei nº 12.867 de 10 de outubro de 2013. Regula a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. Diário Oficial da União – Seção 1 – Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12867-10-outubro-2013-777242-publicacaooriginal-141426-pl.html>

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental, Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física. MEC, 1998.

CAMPOS, Léa. Depoimento de Léa Campo. Projeto Garimpendo Memórias. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte ESEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180542>

CARDOSO, B. L. C.; et al. Mulheres no boxe: Percepções sociais de uma luta sem luvas e fora dos ringues. Revista Motricidade. vol. 8, n. S2. 2012

CBF, Futebol Feminino, Regulamento de Licença de Clubes, 2017, p. 21.

Disponível em: https://conteudo.cbf.com.br/cdn/201702/20170208174032_0.pdf

CONMEBOL, Critérios esportivos, Licenciamento de clubes 2018, 2018, p. 40

Disponível em: <http://www.conmebol.com/sites/default/files/reglamento-de-licencia-de-clubes-portugues.pdf>

FARIAS, Lilian Kirsch de. As mulheres árbitras: aspirações e expectativas em torno de uma profissão. Porto Alegre, 2014.

FELIPE, Jane. **Infância, Gênero e Sexualidade**. Educação e Realidade. 2000

FERREIRA, Heidi Jancer; et al., A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil. Revista Movimento, 2013. P. 103 - 124.

FERREIRA, Rodrigo D'Alonso. **ÁRBITRO DE FUTEBOL PROFISSIONAL: MOTIVOS PARA INÍCIO, PERMANÊNCIA E DISPOSIÇÃO PARA O ABANDONO DA CARREIRA**. Dissertação - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2012

FERREIRA, Yohanna. Copa do Mundo Feminina de Futebol será transmitida pela primeira vez na TV. Jornal Hora Extra, Goiânia, 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://jornalhoraextra.com.br/noticias/15830-copa-do-mundo-feminina-de-futebol-sera-transmitida-pela-primeira-vez-pela-tv/>

FIFA, GROW PARTICIPATION, *Women's Football Strategy*, 2018, p. 6. Disponível em: <https://resources.fifa.com/image/upload/women-s-football-strategy.pdf?cloudid=z7w21ghir8jb9tguvbcq>

FIFA, Teste físico de 2016, Protocolo e Parâmetros, 2016. Disponível em: http://fmf.esumula.com.br/Arquivos/Arquivo_Site_5_23.pdf

GOELLNER, Silvana Vilodre. A primeira árbitra de futebol credenciada pela FIFA é brasileira. Ludopédio. 26 de janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/a-primeira-arbitra-de-futebol-credenciada-pela-fifa-e-brasileira/>

GOELLNER, Silvana Vilodre. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Campinas, 1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre ; JAEGER, Angelita Alice (Org.). Garimpando Memórias: Esporte, Educação Física, Lazer e Dança. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 178 p.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: Entre sombras e visibilidades. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005 143

HORN, Lucas Guimarães Rechatiko. Além dos 90 minutos: a trajetória da carreira do árbitro de futebol. Porto Alegre, 2015.

JORAS, Pamela Siqueira. Futebol e mulheres no Brasil: a história de vida de Aline Pellegrino. Porto Alegre, 2015. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143193>.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. 2ª edição. Belo Horizonte. 2000

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. Revista de História. 2006. p. 191-203.

MENDONÇA, Renata. Band alavanca audiência com futebol feminino em estreia das transmissões. Dibradoras, 20 de maio de 2019. Disponível em:
<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2019/05/20/band-triplica-audiencia-com-futebol-feminino-em-estreia-das-transmissoes/>

MOCELIN, Andreza Vanni. Depoimento Andreza Vanni Mocelin. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

MOREIRA, Maíra Mostella. Depoimento Maíra Mostella Moreira. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2019.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino. Rev. Bras. Cienc. Esporte. Campinas, 2005. p. 73-86

NUNES, Maíra. Elas no Ataque, Correio Braziliense, 25 de maio de 2019. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/elasnoataque/arbitras-mulher-edina-silvia-regina-serie-a/>

OLIVEIRA, Silvia Regina de. Bastidores: Edina Batista comanda jogo da Série A do Brasileirão. Assessoria CBF. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/cbf-tv/bastidores-edina-batista-comanda-jogo-da-serie-a-do-brasileirao>

RAMOS, Suellen dos Santos. Futebol e mulheres no Rio Grande do Sul : a trajetória esportiva de Eduarda Marranghello Luizelli (Duda), Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151421>.

REIS, Heloisa Helena Baldy. Futebol e Violência. Campinas: Autores Associados, 2006.

REIS, Luiza Naujorks. Depoimento Luiza Naujorks Reis. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

ROSA, Estefani Adriati Estrela da. Depoimento Estefani Adriati Estrela da Rosa. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2019.

RUVER, Taís Regina. Depoimento Taís Regina Ruver. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2019.

SARDENBERG, C. Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista. In: Santos, D. A.; Cardoso, M. G. C.; Scott, P. *Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais*. Recife, EDUFPE, 2018, pp.45-60

SILVEIRA, Ariela Duarte da. Depoimento Ariela Duarte da Silveira. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEFID/UFRGS, 2018.

SOUSA, Maria Aparecida Magalhães de. Um olhar para os árbitros de futebol. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, v. 6, p. 121-132. São Paulo, 2016

TERTULIANO, Ivan Wallan; et al. O árbitro de futebol e a importância dos aspectos psicológicos: olhares da psicologia do esporte. Caderno de Educação Física e Esporte. v. 16, p. 269-279, 2018

THOMPSON, Alistair. RECOMPONDO A MEMÓRIA: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Proj. História. São Paulo, 1997. p. 51-84

VISSOCI, João Ricardo Nickenig; et al., A influência do suporte parental no desenvolvimento atlético de jogadoras de futsal. Revista Psicologia: Teoria e Prática, p. 145-156. São Paulo. 2013

ZUCCO, Luciana; LISBOA, Teresa Kleba. Rose Marie Muraro: uma mulher impossível. Estudos Feministas, Santa Catarina, 2014, p. 563 - 564

ANEXO 1 – CARTA DE CESSÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, _____

_____, CPF n° _____, declaro, ceder ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao Projeto Garimpando Memórias.

O Centro de Memória do Esporte fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento no todo ou parte, editado ou não, bem

como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do depoente

ANEXO 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Gostaria que você começasse falando um pouco do teu primeiro contato com o esporte.
2. Como surgiu a ideia de ser arbitra?
3. Me conta um pouco da tua trajetória como árbitra.
4. Quais foram os principais apoios que recebeste?
5. Passou por alguma dificuldade durante essa caminhada? Quais?
6. Pode relatar algum exemplo ou história?
7. Como tu percebe a relação da torcida contigo?
8. O fato de ser mulher influencia na tua carreira de arbitra? Como?
9. Quais foram os principais apoios que recebeste?
10. Quais são tuas motivações para continuar na arbitragem?
11. Quais são tuas perspectivas para o futuro na arbitragem?
12. Tem algum fato marcante na tua trajetória que gostaria de destacar? Tendo positivo quanto negativo?
13. Se hoje eu fosse fazer uma exposição sobre ti e te pedisse um objeto que representasse tua vida, qual seria?
14. Tem alguma coisa que eu não perguntei e gostaria de acrescentar?

